

IGUALITARISMO, IGUALAÇÃO POR BAIXO, ANTROPOCENTRISMO E VALOR DA VIDA – OSCAR HORTA

IGUALITARISMO, IGUALACIÓN A LA BAJA, ANTROPOCENTRISMO Y VALOR DE LA VIDA – OSCAR HORTA *

LUCIANO CARLOS CUNHA***

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

Resumo: O igualitarismo axiológico defende que uma situação melhora ao menos em algum aspecto se o valor que contém é distribuído mais igualmente. Neste artigo defendo essa forma de igualitarismo e aponto alguns de seus corolários. Depois de considerar e rejeitar a objeção da igualação por baixo, sustento que do igualitarismo se segue um questionamento da consideração meramente maximizadora do valor da vida. Argumento, também, que essa posição objeta às concepções antropocêntricas do valor.

Palavras-chave: Igualitarismo. Prioritarismo. Igualação por baixo. Valor impessoal. Antropocentrismo. Valor da vida.

Abstract: Axiological egalitarianism claims that an outcome improves at least in some respect if the value it contains is more evenly distributed. In this paper I defend this form of egalitarianism and identify some of its corollaries. First, I consider and reject the levelling

* Tradução do artigo “IGUALITARISMO, IGUALACIÓN A LA BAJA, ANTROPOCENTRISMO Y VALOR DE LA VIDA” de Oscar Horta publicado originalmente na *Revista de Filosofia* da Universidade Complutense de Madrid, no seu nº 35 do ano 2010, pp.133-152 (ISSN 0034-8244133). E-mail: oscar.horta@usc.es

*** Doutorando em Ética e Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3030914980692075> . E-mail: lucianoshred@gmail.com. Durante a produção dessa tradução, recebi apoio financeiro como bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Agradeço à Lara André pela revisão.

down objection. I then point out that egalitarianism casts doubt on the traditional view of the value of life in terms of maximization. Further, I argue that this theory also questions anthropocentric conceptions of value.

Keywords: Egalitarianism. Prioritarianism. Levelling down. Impersonal value. Anthropocentrism. Value of life.

1. O igualitarismo axiológico

O igualitarismo em axiologia¹ defende que uma distribuição mais igualitária de valor é *em si* algo que faz com que uma situação seja melhor que uma menos igualitária. Uma posição que admita como único critério o igualitarista – o que Derek Parfit chama de um “igualitarismo puro” – (1995, p. 205) será dificilmente aceitável. Mas, aplicado conjuntamente com um princípio como o da maximização do valor², esse critério dá forma a uma teoria certamente sólida. Além disso, pode ser combinado todavia com outros princípios

¹ Parfit (1995, pp. 204-207) estabeleceu uma distinção que é considerada hoje em dia um lugar comum nas discussões sobre essa questão. Diferenciou entre igualitarismo télico e igualitarismo deontico. O primeiro defenderia que a igualdade é boa, enquanto que o deontico assumiria unicamente que temos motivos para procurar que se dê uma situação igualitária. Parfit trata a questão (e aqueles que seguem sua distinção comumente também o fazem), como se houvesse, de forma excludente, por uma parte igualitaristas télicos e por outra igualitaristas deonticos. Na realidade, o panorama é algo mais complexo: se consideramos o plano axiológico e o normativo não existem somente duas, e sim três posições igualitaristas. Podemos sustentar que uma situação igualitária é melhor que uma que não o seja e assumir que temos motivos normativos para procurar que tal situação se dê. Desse modo seremos igualitaristas télicos no sentido de Parfit. Mas podemos também sustentar tal concepção igualitarista do valor, e ainda assim, entender que não temos razões para buscar que esta se dê (se, por exemplo, cremos que os indivíduos têm certos direitos cuja salvaguarda devem prevalecer ainda que isso implique permanecer em ou chegar a situações desiguais). Conforme a definição de Parfit, continuaremos sendo igualitaristas télicos. O igualitarismo axiológico não implica necessariamente a suposição de uma posição igualitarista normativa. Não supõe, pois, que resulte prescritivo (ou ainda, que esteja autorizado) privar aqueles que estão melhor situados de alguma porção do valor de que desfrutam com vistas a aumentar o daqueles que estão pior. Isso será assim unicamente na medida em que nossa teoria do correto venha determinada diretamente por nossa axiologia, sem a mediação de nenhuma outra estipulação – na medida, em outras palavras, em que nossa teoria seja teleológica. Inversamente, a ideia de que uma situação igualitária não é necessariamente melhor do que uma que não o seja é compatível, novamente, tanto com a afirmação quanto com a negação de que tenhamos motivos de caráter normativo para promover a igualdade. Os igualitaristas deonticos no sentido de Parfit creem que é correto buscar uma situação mais igualitária, mas poderiam crer assim mesmo que considerassem que ela não leva ao melhor cenário possível. À luz de tudo isso, não utilizarei a terminologia de Parfit, por mais difundida que se encontre, e seguirei falando de “igualitarismo em axiologia”.

² Esse seria o princípio axiológico do utilitarismo. Contudo, claro, não é um princípio exclusivo do utilitarismo: podem existir pessoas que assumam a maximização como a única coisa relevante em axiologia e, contudo, estejam dispostas a aceitar critérios distintos em teoria normativa. Nesse caso não, serão utilitaristas.

(desse modo, é possível defender, por exemplo, um igualitarismo sensível ao mérito). Por outra parte, podemos falar de um ponto de vista igualitarista aditivo, que valorize e hierarquize cenários distintos simplesmente somando os níveis de desigualdade neles presentes considerando a situação de todos os indivíduos implicados. Mas pode ser que seja também possível chamar de igualitarista a suposição de um critério semelhante ao *maximin*, que dá um peso extra à desigualdade nos níveis mais baixos³ (seja em forma de prioridade lexicográfica [134] em termos de *leximin* ou de forma escalonada, atribuindo maior peso progressivamente aos interesses de quem se encontra pior). E tudo isso se complica, como assinala Larry Temkin (1993), devido a que os níveis de desigualdade podem ser calculados com respeito aos que estão na posição mais alta, à media, aos que estão melhor que o indivíduo considerado, às distintas combinações entre esses critérios... em qualquer caso, podemos rotular de igualitarista em axiologia toda posição que considere que (i) um cenário em que os distintos indivíduos desfrutem de uma distribuição de valor⁴ semelhante é melhor, *ceteris paribus*, que um no qual tal distribuição seja desigual⁵, e (ii) que esse critério pode ao menos em certos casos impor-se ao que outros critérios possam ditar. As suposições que subjazem a esse ponto de vista podem ser de tipo distinto (HOLTUG e LIPPERT-

³ Não é difícil comprovar a forma pela qual pode variar uma análise em termos de *maximin* de uma meramente aditiva. Uma situação na qual um milhão de indivíduos desfrutem de um valor de 100 unidades e outro milhão de indivíduos de um valor de 20 será mais desigual aditivamente que outra na qual dois milhões menos um indivíduo desfrutem de um valor de 100 e um indivíduo obtenha somente 10. Mas de um ponto de vista *maximin* (ao menos em sua forma *leximin*), o segundo cenário será pior.

⁴ Nas discussões sobre a questão se expressa normalmente o valor em termos de bem-estar, para simplificar a análise, apesar de que o igualitarismo, como concepção unicamente relativa à distribuição do valor, é compatível com ideias muito variadas acerca do seu caráter. É possível falar assim, por um lado, de igualdade em termos de bem-estar experiencial; no que toca à satisfação de preferências; ou em função de uma “lista objetiva” de elementos valiosos em uma vida, etc. Ou, de outro lado, de igualdade em relação ao desfrute de valores instrumentais, isto é, igualdade de recursos, de oportunidades, etc. Essa constitui uma das perguntas chave que tem se colocado nas discussões sobre o igualitarismo: igualdade de quê? (ver DWORKIN 1981a, 1981b, COHEN 1989). Não obstante, neste artigo não entrarei nessa questão. Por isso, falarei de maneira geral de “valor”, sem colocar como exemplo deste o bem-estar ou outra concepção. A questão fica assim aberta no que diz respeito ao conteúdo dessa variável. Contudo, o que aqui se indicar terá validade em uma discussão basicamente axiológica, no que respeita às concepções da igualdade em termos de valor intrínseco, mais do que em uma discussão em termos instrumentais.

⁵ Não podem ser consideradas igualitaristas, contudo, as posições que consideram que a mera aplicação do princípio da diminuição da utilidade marginal levará, mediante a mera preocupação com a maximização, a cenários mais igualitários (ver SINGER, 1993, pp. 16-54).

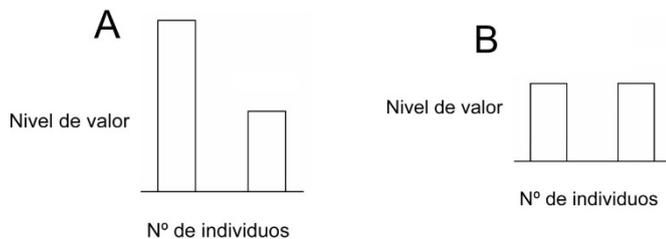
RASMUSSEN, 2007): podemos considerar que a igualdade é algo bom em si mesmo; que a igualdade não é intrinsecamente boa mas a desigualdade, é intrinsecamente má; ambas as coisas; ou simplesmente, que nem a igualdade nem a desigualdade são boas ou más, mas que ainda assim são em si mesmas melhores ou piores comparativamente – como propôs John Broome (1999, 2004). Para o caso em questão, não necessitamos entrar em complicações respectivas a que compromissos desse tipo temos de assumir.

O igualitarismo axiológico não foi tratado com profundidade até relativamente pouco tempo atrás, e continua sendo uma posição com necessidade de desenvolvimento. Diante disso, meu objetivo neste artigo será duplo. Em primeiro lugar, examinarei se o igualitarismo em axiologia pode constituir uma posição que valha a pena defender. Mais concretamente, verei se isso pode ser assim à luz de uma das críticas mais poderosas que têm se apresentado a esse ponto de vista: a objeção da igualação por baixo. Esta será apresentada na seção 2 deste artigo. Por sua vez, a seção [135] 3 apresentará uma resposta que cabe dar a essa objeção a partir do igualitarismo. As seções 4, 5, e 6 examinarão os pressupostos axiológicos sobre os quais tal resposta se baseia, e considerarão as objeções que podem ser feitas. Em segundo lugar, centrar-me-ei nas aplicações que isso pode ter na hora de considerar o valor de que distintos indivíduos podem desfrutar, tanto de forma sincrônica como ao longo de toda a sua vida em conjunto. Para isso, começarei mostrando, na seção 7, a diferença entre uma posição igualitarista e ao menos certas abordagens prioritaristas. Na continuação, a seção 8 indicará de que maneira isso afeta como temos de considerar moralmente distintos indivíduos. E, por último, a seção 9 examinará as consequências que isso pode ter no caso da ponderação do interesse em viver que diferentes indivíduos possam ter. Finalmente, a seção 10 resumirá o indicado nos parágrafos anteriores.

Vale dizer, antes de passar ao tratamento da questão, que este artigo não tratará de examinar as consequências normativas que possam derivar da aceitação dessa forma de igualitarismo (que poderiam residir basicamente na adoção de um igualitarismo *normativo*). Centrar-se-á unicamente no exame de que estados de coisas podemos considerar mais ou menos valiosos, independentemente das razões para agir que se derivariam disso.

2. A objeção da igualação por baixo

O igualitarismo defende uma concepção relacional do valor. Essa posição leva em conta como se encontram os distintos indivíduos em função de como estejam os demais. Aqueles que criticam o igualitarismo buscam negar, fundamentalmente, essa ideia. Um dos argumentos principais apresentados para tal tem sido conhecido como a objeção da igualação por baixo (PARFIT, 1995). Esse argumento pode ser exposto como se segue. Imaginemos um mundo com uma população de dois milhões de indivíduos. Consideremos um cenário A no qual um milhão de indivíduos desfruta de um valor de, digamos, 100 unidades e o outro milhão de um valor de 50 (conforme uma escala arbitrária de medição do valor). Pensemos agora em outro cenário B no qual todos os indivíduos desfrutam de um valor de 50.



Segundo o igualitarismo, há um certo aspecto em que B é melhor do que A. Contudo, para os seus críticos isso não é credível, posto que não existe ninguém que possa encontrar-se melhor da passagem de A a B e há quem possa encontrar-se pior. Sendo assim, se infere que a igualdade não pode ser por si mesma algo melhor que a desigualdade. O que poderá ser melhor ou pior é unicamente a situação na qual os distintos indivíduos se encontram. A intuição que subjaz ao igualitarismo, diria quem o critica mediante essa objeção, deve ser interpretada de outro modo. Para isso tem-se defendido basicamente abordagens do tipo prioritarista⁶. Segundo o prioritarismo temos razões para priorizar o

⁶ Também o suficientismo pode apoiar-se na objeção da igualação por baixo para opor-se ao igualitarismo. Mas, na realidade, ocorre que suas objeções são de maior amplitude, e afetam também em uma medida importante o prioritarismo, na medida em que este, como o igualitarismo, defende que devemos seguir preocupando-nos com os níveis de valor desfrutados pelos distintos indivíduos mesmo quando este ultrapassar um certo nível de suficiência. O suficientismo tem sido defendido em particular por Harry Frankfurt (1987, 1997), assim como por Roger Crisp (2003), que o combina com uma abordagem prioritarista para níveis inferiores ao considerado suficiente. Entre as críticas a essa posição pode-se destacar a de Paula Casal (2006).

aumento do valor desfrutado por aqueles que estão em uma situação pior⁷. Contudo, não porque os indivíduos que estão pior se encontrem em uma situação relativamente desfavorável em contraste aos que estão em uma posição melhor, senão simplesmente porque estão pior do que eles mesmos poderiam estar. O prioritarismo rejeita que possa haver uma dimensão impessoal do valor. Considera unicamente que o que é intrinsecamente benéfico para cada indivíduo vai aumentando seu valor à medida que vai se tornando disponível em menor quantidade (supõe, assim, uma transposição da lei da utilidade marginal decrescente do plano do instrumentalmente benéfico para o do intrinsecamente benéfico).

Na continuação vou tentar defender o igualitarismo dessa crítica, indicando que motivos podemos ter para dizer que B é em certo aspecto melhor que A. Começarei mostrando por que tem sentido dizer que uma situação pode ser melhor que outra *em um certo aspecto* ainda que seja pior em conjunto, e inclusive ainda que o seja para todos aqueles e aquelas que se encontram nela. Uma vez mostrada a plausibilidade dessa ideia, a defenderei no caso concreto da igualação por baixo. Sustentarei que ainda que um cenário seja pior em um sentido absoluto para todos, pode ser melhor ao menos para alguns dos indivíduos que se encontram nele de maneira *relativa* às próprias condições de tal cenário.

3. Melhor em conjunto e melhor em um certo aspecto

Para o igualitarismo puro não cabe dúvida de que B é melhor em todos os aspectos do que A. Mas indiquei que essa posição parece dificilmente aceitável, e que temos de considerar, contudo, o que acontece quando o igualitarismo é combinado com a maximização (que é a perspectiva igualitarista que quem assume esse rótulo realmente defende). Podemos considerar, de fato, um cenário ainda mais radical, C no qual o valor desfrutado por todos os indivíduos se reduzisse não a 50, e sim a 40. Inclusive, para considerar um caso mais extremo, podemos pensar em um cenário D no qual continua havendo uma situação que é todavia

⁷ Evidentemente, a crítica ao igualitarismo pode ser feita também a partir de pontos de vista não prioritaristas, que não dão valor algum à situação relativa na qual os indivíduos receptores de valor se encontram (isso seria assim, por exemplo, no caso do utilitarismo).

desigual, ainda que menos do que em A. Em D, a metade da população desfruta de um valor de 40, enquanto que a outra metade alcança somente um de, digamos, 32.

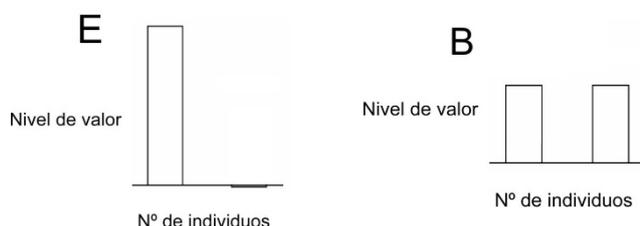


Temos razões utilitaristas para pensar que C e D são claramente piores do que A no conjunto. Contudo, para o igualitarismo continuaria havendo um certo aspecto no qual C seria melhor do que A, um aspecto no qual C seria equivalente a B: sua distribuição, mais plana. Mais ainda, para o igualitarismo inclusive D é em tal aspecto melhor do que A, pois contém uma desigualdade menor. Assim, a consideração de C e D leva a um extremo a objeção da igualação por baixo, o que permite apresentar melhor o que é exatamente que quer dizer a afirmação de que tais cenários são melhores em um certo sentido que A. A tese na qual tal afirmação se baseia é totalmente independente de qualquer consideração sobre o aumento ou a diminuição do valor desfrutado pelos distintos indivíduos, tomado unicamente em si mesmo. Que isso seja assim não tem por que ser conceitualmente problemático. Considere-se o seguinte caso:

Duas empresas. Uma certa empresa A tem despesas anuais que em média oscilam em torno de 500 milhões (não importa aqui a moeda adotada) e ganhos que variam ao redor dos 700 milhões. Outra empresa B tem despesas anuais médias de um milhão e ganhos que oscilam ao redor de 5 milhões anuais. Essas empresas pertencem a um parente meu multimilionário, que me oferece herdar uma das duas, mas não ambas.

Se tornar-me rico fosse meu objetivo, então teria sem dúvida razões para preferir herdar a empresa A. Contudo isso não impede que para chegar a esse mesmo objetivo haja algo em que B é melhor que A: a empresa B é mais eficiente. Obtém, proporcionalmente, mais ganhos em relação às suas despesas. Contudo, a dimensão na qual B é melhor que A se vê claramente sobrepassada em relevância por aquela na qual A é melhor do que B (a maximização). Mas não porque a maximização seja em si mesma uma dimensão mais

relevante como tal que a distribuição igualitária, e sim porque, nesse caso concreto, o peso desta última na consideração geral das distintas dimensões do valor das empresas é claramente insuficiente para pender a balança a seu favor. De fato, é de interesse ter em conta que algo semelhante pode acontecer invertendo os papéis entre os distintos princípios em questão. Isto é, pode ocorrer perfeitamente uma situação na qual as considerações igualitaristas determinam o melhor em conjunto em prejuízo da maximização, contudo sem que esta última perca o seu sentido próprio. Consideremos de novo o mundo de dois milhões de indivíduos. Pensemos agora em duas novas distribuições de valor que podem ocorrer. No primeiro cenário, E, um milhão de indivíduos gozam de um valor considerável. Cada um deles desfruta de, digamos, 102 unidades de valor. Enquanto isso, o milhão de indivíduos restante sofre com uma vida muito pior. O valor a que chegam é negativo, de -1 (de maneira que sua vida não vale a pena ser vivida – assumindo que o nível 0 é o que distingue aquelas vidas cuja existência é positiva para aqueles que as vivem e aquelas cuja existência não o é). Consideremos agora um cenário que já conhecemos, B, no qual todos os indivíduos desfrutam de um mesmo valor, que ascende a 50 unidades.



Quem assume uma abordagem igualitarista sustentará que B é melhor que E em conjunto. Contudo, mesmo que assumam isso, haverão de reconhecer que há um certo aspecto no qual E é melhor do que B: no que toca à maximização. O valor total resultante de E é de 101 milhões, enquanto que o de B ascende somente a 100 milhões. Quem defende exclusivamente a maximização preferirá E⁸.

⁸ Observe-se que essa posição não parece tão contraintuitiva como a preferência de B em lugar de A, com o qual poder-se-ia argumentar que a maximização constitui um critério que por si só se pode manter, ao contrário do que acontece no caso da igualdade. Não obstante, é, contudo, uma posição que muitos consideram certamente menos aceitável que a combinação entre maximização e igualdade.

4. Uma dimensão de valor relativa ao contexto

A argumentação desenvolvida até aqui mostra unicamente que tem sentido dizer que a igualdade é uma dimensão relevante como tal ainda que ninguém se beneficie dela em um sentido absoluto⁹. Mas não constitui todavia, em si, uma razão para que aceitemos que esse seja o caso. Na continuação tentarei fornecer um argumento a favor disso. Fá-lo-ei apresentando uma concepção intuitiva que parece subjazer ao igualitarismo. Tentarei, ao expô-la, destacar seus atrativos, que podem levar-nos a preferi-la a outras concepções axiológicas. Vimos já que os prioritaristas rejeitam que exista uma dimensão relacional do valor. Sobre que base é possível defender esta dimensão a partir do igualitarismo? A igualdade não pode ser algo intrinsecamente valioso para um indivíduo no mesmo sentido no qual pode ser a maximização do valor de que é receptor. Diante disso, uma solução consiste em defender, como faz Temkin, que o *locus* do valor de uma situação possa ser também a situação mesma, ademais dos indivíduos que se encontram nela. O modo pelo qual Temkin defende essa visão é o seguinte. Temkin indica que no prioritarismo se assume a ideia que tem chamado de “o *slogan*”: “uma situação não pode ser pior (ou melhor¹⁰) que outra em nenhum aspecto se não existe ninguém para quem é pior (ou melhor) em nenhum aspecto¹¹”. Temkin fundamenta sua defesa do igualitarismo na rejeição do “slogan”. Conforme sua abordagem, em uma situação de igualação por baixo, ainda que ninguém receba benefício nenhum, a situação melhora em um certo sentido. Contudo, há outra forma de ver as coisas a esse respeito. A crítica ao igualitarismo a partir da suposição de uma perspectiva centrada unicamente na situação particular de cada indivíduo assume uma mesma escala para julgar

⁹ Contraste-se a concepção aqui defendida com o argumento apresentado por John Broome (2002).

¹⁰ Em uma formulação mais débil (e realista) diríamos que não pode ser melhor uma situação na qual não há nenhum indivíduo que se veja beneficiado ou beneficiada em alguma dimensão de valor (pois poderia ser o caso, por exemplo, que em uma determinada situação cada um dos indivíduos estivesse algo melhor, por exemplo, de saúde, mas muitíssimo pior em todo o resto e, por isso, pior em conjunto).

¹¹ “One situation *cannot* be worse (or better) than another *in any respect* if there is *no one* for whom it is worse (or better) *in any respect*.” (TEMKIN 2000, p. 136). Temkin examina também a questão em outros lugares (1993, 2003a, 2003b).

os distintos cenários. Deixa assim de lado o fato de que em cada caso a referência para avaliar a situação de cada indivíduo pode variar¹².

Se aceitarmos essa última possibilidade, é possível defender uma conclusão distinta. Esta, na medida em que seja igualitarista, necessariamente vai assumir que há uma dimensão relacional do valor. Contudo dar-lhe-á um sentido diferente daquele assumido por Temkin, pois manterá que os indivíduos podem ser danados, ainda que não seja de forma intrínseca por encontrarem-se em uma situação desigual. Explicarei na continuação o que quero dizer com isso. Para isso valer-me-ei de uma analogia entre a sorte e o valor das distribuições.

Suponhamos que vivemos em um mundo, A, no qual muitos conseguem desfrutar de um nível de valor de 100. Por circunstâncias das quais não somos responsáveis, contudo, somente chegamos a 50. Poderíamos dizer que fomos pouco afortunados. Suponhamos agora que a situação é distinta. Vivemos em outro mundo, F, no qual o normal é chegar a desfrutar de um valor de 40, e nós, efetivamente, chegamos a tal nível (ao contrário da maioria dos demais). Em tal contexto, não diríamos que fomos pouco afortunados. Mas em ambos os casos nossa sorte ou infortúnio, no sentido indicado, se dá unicamente ao contexto no qual nos encontramos. O fato é que poderíamos também dizer que tivemos ou carecemos de sorte pelo fato de termos nascido em A ou em F. Estamos aqui diante de duas dimensões distintas. Dos indivíduos que desfrutam em F de um valor de 40 poderemos dizer que não têm tido muita sorte em termos totais, mas que têm tido no que toca à situação desfrutada uma vez que estejam em F. Pois bem, se em lugar de considerar mundos temos em mente quantidades

¹² Há outra resposta que seria possível dar, mas que realmente não teria êxito. Passaria por indicar que existem dois fatores na explicação dada da motivação última do igualitarismo. Um deles é a preferência por um estado de coisas no qual alguém goze de mais, em lugar de menos, valor. O segundo é a ideia de que tal princípio axiológico é impessoal. Podemos considerar que esta última ideia parece não estar comprometida, em princípio, com o igualitarismo. Vem a constituir o que podemos chamar o princípio da consideração igualitária, cujo caráter é claramente distinto (unicamente estabelece que nossos princípios axiológicos devem funcionar do mesmo modo independentemente de a quem se apliquem). Contudo, poder-se-ia dizer que, na realidade, isso não é necessariamente assim. Se assumimos que existem os mesmos motivos para que x e y desfrutem do valor mais alto, entenderemos que uma distribuição igualitária é melhor que uma desigual se todo o resto permanece igual. Mas não parece que uma posição desse tipo possa realmente ser chamada igualitária. Só será aquela que mantenha que a igualdade é um critério que pode impor-se em alguma medida ao que os outros princípios ditem. Quem assume um princípio maximizador poderá aceitar que uma distribuição na qual tanto x como y têm 50 é melhor do que uma na qual x tem 40 e y 60 mas rejeitar que o seja em relação à outra na qual x tenha 40 e y uma quantidade de valor imperceptivelmente maior que 60 (digamos, 60,0000001). Essa posição não seria realmente igualitarista no sentido representativo do termo.

de valor, e se em vez de falar de sorte nos fixamos na repercussão que para cada indivíduo tem tal distribuição, entendemos a intuição que subjaz à suposição do igualitarismo. De acordo com ela, podemos considerar que o valor presente em um estado de coisas é o resultado da soma de duas variáveis: (a) a quantidade de valor nele existente; e (b) sua distribuição. Assim, o valor de que desfrutamos é o resultado de tais variáveis aplicadas em particular a nossos casos: (a) o valor total presente no mundo em que estamos; e (b) a porção de tal valor que nos toca.

Podemos, desse modo, explicar por que em um caso de igualação por baixo no total tem que ser pior. Comparemos, à luz da ideia que acabo de apresentar, os cenários A e B. Em A, há uma soma total de 150 milhões de unidades de valor. Em B, a soma total é de somente 100. Assim, a referência a ter em conta em cada cenário será distinta. Tomemos B. Dado o valor existente em B, para que alguém pudesse estar melhor, outro indivíduo teria de estar pior do que ele. Por sua vez, dado o valor existente em A, para ocorresse uma distribuição como a presente em B todos deveriam desfrutar de uma porção de valor de 75 unidades. Assim repartir-se-iam igualitariamente as 150 unidades existentes. Para quem considera que somente a maximização é importante, esse último cenário onde todo mundo tem 75 (o qual chamaremos de A') seria equivalente a A. Mas se temos em conta um princípio igualitarista, já não concluímos o mesmo. Teremos que considerar que A' é melhor que A. E, como pode ser assim? Obviamente, devido ao único aspecto em que A' é melhor do que A: a variável (b), a distribuição do valor existente, que é também, certamente, aquele aspecto no qual C e B, e ainda D, são melhores do que A. Em A, B, C, e D não se dispõe do mesmo valor total, e não se pode, portanto, assumir uma comparação em termos exatamente iguais. Isso não impede que se possa levar a cabo uma avaliação conjunta da situação, conforme a qual A seja o melhor cenário. Só implica, contudo, que há um certo aspecto no qual A é pior.

5. Duas objeções

Entre as distintas objeções possíveis de se levantar à proposta acima apresentada existem duas em particular, estreitamente ligadas entre si, que é interessante comentar. A primeira delas é evidente, e é seguramente a primeira que vêm à mente ao se considerar uma

posição como a que acabo de apresentar. Ela diria que a concepção de igualitarismo aqui apresentada estaria supondo que existe algo assim como uma quantidade total fixa de valor no mundo a repartir, quando a realidade é que não existe nada do gênero. É evidente que o valor total presente no mundo é variável, e que as variações nele são inseparáveis de variações em sua distribuição. Isso deve ser considerado na hora de julgar como melhor ou pior uma certa situação ou outra¹³.

Essa objeção não é conclusiva. Uma resposta que caberia dar a ela é a seguinte: podemos perfeitamente considerar aceitável um aumento da desigualdade em troca de um aumento no valor total existente sem negar que isso constitui, contudo, um preço que seja preferível não pagar. Afirmar isso não implica supor [142] que existe algo como uma quantidade invariável de valor presente no universo. Pelo contrário, podemos entender perfeitamente a impossibilidade de conseguir uma distribuição mais igualitária sem diminuir o valor total presente. Mas esse não é um motivo para não considerar que tal distribuição hipotética, se pudesse ser realizada sem tal diminuição, seria melhor do que uma distribuição desigual. Desse modo, a busca de uma distribuição mais igualitária não tem porquê ser uma restrição absoluta que limite o aumento de valor. Mas sim pode ser uma restrição parcial a ela, quando aumentos de valor total impliquem distribuições muito desiguais do valor.

A segunda objeção, claramente ligada à anterior, apontaria que, mesmo que uma distribuição seja desigual, isso não implica a possibilidade de que as coisas pudessem ter sido de outro modo. Podemos considerar, para ilustrar isso, o seguinte exemplo. Suponhamos que existam dois grupos de indivíduos vivendo em continentes separados que não somente não podem interagir mas que também desconheçam mutuamente a existência do outro. É indubitável, assim, que uma alteração na situação de um grupo, para pior ou para melhor, não altera em termos absolutos a situação do outro. Desse modo, poder-se-ia pensar que é absurdo considerar a questão em termos da distribuição de valor total presente no mundo. Não há motivo, no entanto, para rejeitar essa consideração da questão. O fato é que tem pleno sentido pensar que, se estivesse em nossas mãos desenhar o estado de coisas mais

¹³ Essa é uma das ideias básicas subjacentes ao ataque de Nozick ao igualitarismo (1974, em particular, pp. 233-235).

desejável, seria melhor, em princípio, um cenário no qual, em lugar de uma grande melhora para uns e nada para outros, se desse uma melhora repartida para todos.

E o mesmo acontece, *mutatis mutandis*, no que toca as perdas. Podemos, sem dúvida, colocar outros muitos exemplos como esse nos quais não é possível alcançar uma distribuição igualitária, mas isso não nega que, se fosse, tal distribuição seria melhor. Nada disso torna absurda essa axiologia. Isso é assim por dois motivos. Em primeiro lugar, porque uma axiologia pode perfeitamente ter sentido ainda que seja aplicável em casos nos quais não é possível agir (de fato o estranho seria que não fosse assim). A utilidade principal de uma axiologia é orientar nossas concepções normativas. Mas seu sentido dificilmente pode reduzir-se a isso. Uma axiologia sólida necessariamente nos permitirá avaliar situações que não podemos mudar (podemos ler dois livros em cada um dos quais nos é descrita uma certa situação e avaliar em qual das histórias se encontram melhor os personagens, apesar de que é óbvio que não podemos fazer nada por eles). E em segundo lugar, porque a concepção axiológica que estou defendendo aqui é de fato aplicável em muitos casos. E, por outro lado, não é difícil comprovar que o mesmo ocorre no caso de outras axiologias. A esse respeito, pode-se colocar o exemplo, novamente, da maximização. Um paraíso no qual o valor desfrutado por todos os seres sencientes estivesse altamente acima do nível no qual a vida vale a pena ser vivida é para nós inalcançável. Mas isso não implica que, portanto, não podemos considerá-lo um cenário preferível ao presente.

[143]

6. Indivíduos, relações e valor

O elemento relacional da concepção de utilitarismo que defendi depende da posição relativa dos distintos indivíduos, mas, não o faz considerando o que seria melhor para cada um dos indivíduos que se encontra em uma situação desfavorecida. O conceito utilizado é o de “valor extrínseco”. Um evento ou circunstância x tem um certo valor extrínseco e para o indivíduo a , se o valor intrínseco do qual a é receptor é distinto do que receberia se x não fosse o caso. A magnitude do valor extrínseco equivaleria à diferença no valor intrínseco

recebido, apesar de que, diferentemente deste, o valor extrínseco não é propriamente desfrutado ou padecido como tal. Considera-se que uma privação de valor em relação a uma situação contrafactual é danosa nesse sentido, isto é, porque supõe um desvalor extrínseco. (Esse conceito pode parecer estranho, mas não deveria sê-lo tanto. É o seu uso o que nos permite, por exemplo, considerar que a morte é um dano, ou que outras privações de coisas positivas que não reparamos também o são).

Se essa explicação é adequada, facilita as coisas na hora de defender o igualitarismo. Ao ser compatível tanto com a suposição quanto com a rejeição do “slogan”, implica compromissos menos importantes com uma concepção impessoal do valor – razão do ataque prioritarista ao igualitarismo (ver HOLTUG, 1998). Certamente, deixa um espaço para ela, mas não o faz de um modo comprometido com uma negação da ideia de que, se um cenário é melhor (ou pior) que outro, há sempre alguém que em algum aspecto, seja intrínseca ou extrinsecamente, encontra-se melhor (ou pior), mesmo que isso implique que esteja pior (ou melhor) em outros aspectos (que podem ser mais relevantes) e possam haver outros ou outras para quem tal cenário seja pior (ou melhor).

Poder-se-ia pensar que se esse argumento é correto não teremos somente comprovado que não temos que rejeitar o “slogan” para assumir um ponto de vista igualitarista. Teremos, de fato, ido mais além, e mostrado que esse argumento não necessitaria apelar a uma dimensão relacional de valor para se sustentar. Mas, não é assim. A postura que defendi recupera em uma medida notável para o igualitarismo a dimensão do valor relativa a cada indivíduo. No entanto, continua sendo necessário ter em conta, ao menos até certo ponto, outro aspecto do valor, de caráter puramente relacional. O motivo é o seguinte. Para considerar em que sentido uma situação pode ser melhor ou pior, o que aqui se tem considerado é unicamente a situação dos que se encontram pior. Contudo, poderíamos pensar, por que consideramos relevante para avaliar um determinado cenário a situação dos que se encontram pior? Poderíamos também ter em conta a situação de quem se encontra em uma situação melhor, e assim considerar que uma distribuição igualitária seria também

negativa em um certo aspecto (pois prejudicaria aos privilegiados por uma distribuição desigual¹⁴).

[144]

Esse argumento parece mostrar decisivamente que o igualitarismo inclui uma dimensão impessoal de valor. Não obstante, esta não se encontra desconectada de sua dimensão pessoal, de fato, se ela se formula é em função do que é positivo ou negativo em termos desta. O igualitarismo constituiria uma concepção do valor secundária, relativa ao modo pelo qual o valor em sentido substantivo se distribui, mas não necessariamente constitutiva do valor, mesmo quando determine situações mais ou menos valiosas. Temkin, a esse respeito, tem distinguido entre o valor dos indivíduos (o valor do qual são receptáculos, entenda-se), e o valor dos resultados ou situações – *outcomes*. Essa distinção tem muito sentido, mas não parece que devemos colocar ambas dimensões na mesma altura. A segunda, pelos argumentos aqui dados, seria dependente da primeira.

7. Dois tipos de prioritarismo

Uma vez vistos os distintos argumentos apresentados acima, podemos nos perguntar: em que sentido é relevante a consideração de um ponto de vista igualitarista? Poderíamos pensar que estamos aqui diante de uma distinção de tipo fundamentalmente teórico, pois, na prática, a aplicação de um princípio prioritarista não levaria a resultados distintos do igualitarismo. Afinal das contas, mesmo que se diferenciem na hora de considerar se um cenário é melhor ou pior em um certo aspecto, estão de acordo em relação a qual situação é melhor quando avaliamos estas em conjunto. No entanto, o fato é que existe ao menos uma versão particular de prioritarismo cujas avaliações poderiam sim diferir das do igualitarismo. Podemos distinguir duas formas possíveis de prioritarismo. A que tem sido defendida de modo comum, que podemos chamar “positiva”, assumiria que quanto pior está

¹⁴ Devo a Larry Temkin ter me feito ver essa circunstância.

um indivíduo mais valor tem uma melhora em sua situação. Essa forma é a que Parfit tem em mente – assim como outros de seus seguidores, como Nils Holtug (2007). E poderíamos pensar que essa é, realmente, a única versão genuína de prioritarismo. Não obstante, existe outra posição que parece que também podemos considerar apenas como prioritarista. Essa, à qual chamarei “negativa”, que tem sido defendida por Joseph Raz (1986, capítulo 9), assumiria um enfoque contrário. Segundo Raz, a melhora da situação de um indivíduo se torna mais valiosa não em função do quão pior se encontra, e sim do quão mais longe esteja do ponto no qual seus interesses se vejam totalmente satisfeitos (o ponto, podemos dizer, de sua saciedade). Aqui o relevante já não é o nível absoluto de valor do qual um indivíduo desfruta, e sim o quão distante tal nível está do máximo potencial de que esse indivíduo pode desfrutar. De acordo com essa posição não será pior que quem tenha um potencial mais reduzido desfrute de um nível de valor menor que o desfrutado por quem possua um potencial maior. Contudo, de acordo com um ponto de vista prioritarista positivo ou igualitarista tal distinção em termos de potenciais terá de ser deixada de lado.

[145]

Em que casos diferiria o prescrito por esses distintos enfoques? Essa questão vai depender de outra distinta: em que sentido pode variar o potencial máximo de desfrute de valor que um indivíduo pode ter? A resposta a essa pergunta poderá ser dada em dois sentidos distintos: sincrônico ou diacrônico. Isso nos introduz à última parte deste artigo.

8. O igualitarismo e o valor da vida: um enfoque sincrônico

Examinemos, em primeiro lugar, um enfoque meramente sincrônico, que considere as disitribuições de valor que ocorrem em um momento concreto. Em um caso assim, distintos indivíduos serão considerados de maneira diferente em função de qual seja seu potencial para a recepção de valor. Concretamente, cabe apontar que toda uma série de seres humanos, que nascem com determinadas enfermidades, tem um potencial menor para o desfrute que o de grande parte dos seres humanos. É impossível que sua vida contenha um

bem-estar como o que normalmente desfrutam os demais seres humanos. Isso necessariamente será relevante para um prioritarismo negativo. Segundo este, os potenciais que cada indivíduo tenha para o desfrute de valor serão a referência para dar prioridade a atribuições de valor a certos indivíduos ou outros. Todavia, isso não seria assim para uma posição igualitarista (ou prioritarista positiva). Segundo uma abordagem desse tipo haverá que se tentar melhorar a situação de quem se encontra pior, independentemente de seu potencial total¹⁵. De fato, cabe supor que, ao dispor-se de um menor potencial, o valor desfrutado de fato (por exemplo, o bem-estar experimentado) será menor. Se isso é assim, assume-se que o igualitarismo e o prioritarismo positivo não somente não terão razões para prestar uma atenção menor à satisfação dos interesses desses seres humanos, mas que as terão, ao contrário, razões para prestar uma atenção especial a esses indivíduos.

Cabe apontar sobre isso que, apesar de haver toda uma série de casos nos quais está claro que o potencial para poder desfrutar (ou receber valor de outro modo) de um indivíduo é menor que a média habitual entre os seres humanos adultos, existem outros nos quais isso é controverso. Considera-se comumente que isso acontece quando as capacidades cognitivas que um indivíduo possui não chegam a um certo nível (McMAHAN, 2002, pp. 145, 149 e 159–61). Isso ocorre no caso daqueles seres humanos com diversidade funcional intelectual ou mental. Não obstante, há motivos de peso para considerar que tal suposição, por habitual que seja, é questionável. É controverso que o fato de que os seres humanos adultos possuam normalmente toda uma série de capacidade cognitivas faça com que sofram e desfrutam de modo qualitativamente superior a como o fazem outros que carecem dessas capacidades.

Seus desfrutes e sofrimentos serão sem dúvida mais complexos, mas não está totalmente claro que uma maior complexidade implique uma maior intensidade. Em todo caso, o que é importante apontar aqui é que, assumir efetivamente que estamos diante uma diferença de potenciais notável, novamente, poderia ser relevante para um prioritarismo negativo, mas nunca para o igualitarismo ou prioritarismo positivo. Essas posições proporcionam, assim, uma base para os esforços com vistas a melhorar a situação dos seres humanos privados das capacidades comuns para o desfrute.

¹⁵ O enfoque examinado por McMahan (1996, pp. 145-61) teria implicações semelhantes.

Tudo isso pode ser intuitivo. Todavia, daqui se deriva outra consequência muito significativa, que para muitos pode não sê-lo tanto. E é que o mesmo enfoque pode ser usado para argumentar a favor da consideração moral dos animais não humanos, como têm feito, por exemplo, Ingmar Persson (1993), Peter Vallentyne (2005) e Nils Holtug (2007). Mais ainda, o argumento não somente implica que temos que considerar em uma certa medida, talvez secundária e não muito relevante, os animais não humanos. Supõe que temos de considerá-los de maneira significativa. Daí segue-se que a habitual posição mantida com relação aos animais não humanos, que desconsidera o peso de seus interesses, deve ser rejeitada. O igualitarismo pode defender assim posições que têm sido mantidas a partir de outras posições – como, por exemplo, a utilitarista (SINGER 1993, MATHENY 2006), a deontológica (REGAN 1983, FRANCIONE 2000), a aristotélica (NUSSBAUM 2004), ou a da ética do cuidado (DONOVAN e ADAMS, 2007).

Frequentemente são defendidos outros argumentos para tentar negar que devemos considerar (ao menos de uma maneira significativa) os interesses dos animais não humanos. Aqui não tenho espaço suficiente para tratá-los pormenorizadamente, mas posso apontar que, sejam do caráter que forem, necessariamente vão implicar incluir em nossos juízos morais outras premissas distintas das que o igualitarismo como tal aceitaria. Se assumimos uma concepção do valor conforme a qual a posse de estados mentais positivos ou negativos ou a satisfação ou frustração de preferências é valiosa ou desvaliosa, e se nos guiamos pela ideia de que o valioso deve ser maximizado e repartido do modo mais igualitário possível, segue-se a posição indicada sobre a consideração dos animais não humanos. Quem quiser negá-la terá que assumir algum tipo de combinação de igualitarismo e perfeccionismo, ou algum princípio contra a imparcialidade em ética. E, ainda assim, sua posição (a não ser que aceite uma defesa puramente definicional de nosso âmbito de consideração moral que renuncie a justificações posteriores) não distinguirá propriamente entre seres humanos e outros animais. Seja qual for o critério que assumam (seja lá um baseado em capacidades, seja um relativo a relações de poder ou de tipo afetivo) sempre vai haver seres humanos excluídos que não satisfaçam esse critério (PLUHAR 1995, DOMBROWSKI 1997).

[147]

Isso, claro, não quer dizer que o prioritarismo negativo não se deva ocupar de todos esses sujeitos (seres humanos que carecem de certas capacidades e animais não humanos). Unicamente supõe que o igualitarismo e o prioritarismo positivo terão razões extras para ocupar-se deles.

9. O igualitarismo e o valor da vida: um enfoque diacrônico

O que foi dito até aqui se complica ainda mais quando consideramos o que ocorre ao longo do tempo. Até o momento examinei a questão apresentando distintas distribuições de valor sem tratar de definir exatamente que classe de situação descrevem. Poderiam distinguir momentos concretos nos quais se dá uma determinada distribuição de valor. Todavia, as distribuições indicadas podem também representar outros cenários de natureza muito distinta. Podem simbolizar quantidades totais de valor desfrutadas ao longo da vida de cada um dos indivíduos considerados. Introduzimos assim o tempo em nossa consideração, e passamos de um enfoque sincrônico para um diacrônico. Conforme a isso, poderíamos considerar que a quantidade atribuída a cada indivíduo seria o resultado da adição dos anos de vida de cada indivíduo multiplicados por sua qualidade¹⁶. As quantificações prospectivas realizadas em termos de AVAQS (anos de vida ajustados pela qualidade - QALYs no acrônimo em inglês) viriam a ser estimativas nessa mesma direção. O valor do qual desfrutam (ou o desvalor que sofrem) os distintos indivíduos é diferente. Mas também varia a duração das vidas que cada qual vive. A combinação de ambas dimensões é o que proporciona o resultado final do valor que cada indivíduo recebe. Assim, podemos considerar o que diante disso

¹⁶ Dennis McKerlie (1989) mostrou o modo pelo qual podemos distinguir diferentes versões do igualitarismo em função da duração dos períodos que tomam como referência para buscar uma distribuição igualitária. Conforme algumas posições igualitaristas, temos de ter em conta o que acontece em momentos concretos, enquanto que, para outras perspectivas, temos de considerar as distribuições de valor que ocorrem ao longo de toda a vida dos implicados, ou pelo menos durante períodos relevantes desta. É evidente que aqui estou adotando um modelo do segundo tipo, pelos motivos que indiquei. Contudo, acontece que, de fato, na medida em que estamos diante de vidas qualitativamente equivalentes, uma nivelção de valor será possível somente ao longo do tempo. Assim, não parece que em uma situação desse tipo possamos adotar outro enfoque igualitarista distinto que pudesse modificar o que se seguiria de um princípio meramente maximizador.

defenderia uma perspectiva igualitarista. Junto à maximização do valor do qual se desfruta, de acordo com essa posição será também desejável conseguir uma distribuição desse valor o mais equilibrada possível. Contudo, precisamente aqui poderemos ver de maneira mais marcada o contraste entre o que prescreverá essa posição e o que se seguirá de um ponto de vista prioritarista negativo. Isso é assim devido a que, nesse caso, não só vamos ter que considerar o potencial para a recepção de valor em cada [148] momento concreto. Também teremos de ter em conta o potencial para a longevidade em cada indivíduo. Não há motivo para considerar aquele e não este último, ao serem ambas dimensões igualmente relevantes face o alcance do máximo desfrute possível de valor. Contudo, se isso é assim, teremos de concluir que o tempo de vida de um indivíduo com uma expectativa de vida mais reduzida valerá menos, *ceteris paribus*, que o de quem tenha maiores expectativas. O motivo é que o seu potencial máximo será menor (pelas restrições temporais impostas a eles). De maneira que, o nível, de fato, do valor que desfruta ser igual ao de quem tenha maiores expectativas, isso significará (dado o seu potencial) uma satisfação comparativamente maior. Uma abordagem igualitarista, ao contrário, não terá por que aceitar isso. Assim, poderemos observar diferenças significativas entre o modo no qual procederá agir em casos particulares. Suponhamos, por exemplo, que estamos diante do seguinte caso. Duas mulheres estão em perigo de morte, e só se dispõe de recursos para salvar uma delas. Suponhamos que para saber como agir queremos saber quem ganharia mais se continuar vivendo, e que pudéssemos realizar uma estimativa da quantidade e qualidade de vida que tenham tido e a que lhes espera. E imaginemos que qualitativamente não encontramos diferenças entre as vidas de ambas, mas que, quantitativamente sim existam variações. Uma tem 30 anos e 20 AVAQs pela frente em sua perspectiva de vida. A outra, é uma mulher de 50 anos com 25 AVAQs pela frente. Para uma abordagem maximizadora (como a utilitarista), a vida futura da segunda mulher conteria mais valor. De acordo com um ponto de vista igualitarista, contudo, teríamos motivos para considerar outros fatos. Especificamente, seria necessário ter em conta a existência prévia de cada um dos indivíduos. Desse modo, podemos entender que a reduzida vida anterior por parte da primeira mulher tornará mais valiosos seus 20 anos que os 25 da segunda. E seria assim mesmo que o desfrute total ocorrido nos 25 anos fosse maior (como se seguiria se a estimativa de AVAQs tivesse sido adequada). A forma pela qual teríamos que considerar aqui

a questão seria paralela a que haveríamos de seguir se nos encontrássemos diante do exame de uma distribuição sincrônica de valor. Se estamos dispostos a sacrificar até certo ponto a maximização quando isso reverte em uma distribuição sincrônica de valor mais igualitária, parece que temos de estar-lo também no caso de que tal distribuição se dê através do tempo. Isso é interessante, dado que a maior parte da literatura sobre o dano em que consiste a morte tem se centrado nas perdas futuras que ela representa, em termos que levam em conta basicamente as perdas futuras. Isso se vê fundamentalmente no trabalho de John Broome (2004), ainda que também nas propostas de Nagel (1970), Feldman (1992) ou McMahan (2002) – se bem que certamente há outras abordagens que têm apresentado enfoques mais plurais, como a de Frances Kamm (1993).

[149]

Está claro que a partir de posições prioritaristas positivas haveria que se defender uma abordagem similar à do igualitarismo. Contudo, qual seria a postura que aqui se defenderia de acordo com o prioritarismo negativo? A resposta dependerá do padrão de cálculo que o prioritarismo negativo admitir. Em um caso como esse poderíamos considerar que, efetivamente, ao morrer com 30 anos a primeira pessoa estaria mais longe de seu potencial total (50 anos) que a segunda estaria do seu (75) ao falecer aos 50. Isso será assim se realizamos um cálculo fracional (dividindo o potencial satisfeito pelo total). Mas se, ao contrário, adotamos um cálculo meramente subtrativo (diminuindo do potencial total o satisfeito), o prioritarismo negativo passará a aliar-se com o utilitarismo, e defenderá a quem tenha mais perspectivas futuras¹⁷. Se for esse o caso, aqui estaríamos, pois, diante de uma diferença relevante entre igualitarismo e ao menos certas posições prioritaristas. Desse modo, nossas avaliações em um caso como esse dependeriam do modo no qual consideramos os argumentos acima apresentados.

¹⁷ Apesar disso, existem outros desacordos claros entre utilitarismo e prioritarismo negativo. Suponhamos que um indivíduo tivesse um enorme potencial para o desfrute (digamos, tomando uma medida arbitrária, de 100) e pudéssemos aumentar somente um pouco o seu bem-estar (por exemplo, em 5), e outro tivesse um potencial menor (digamos, 20) mas pudéssemos aumentar mais o seu bem-estar (até 10). O prioritarismo negativo favoreceria aumentar o bem-estar do primeiro, o utilitarismo favoreceria aumentar o do segundo.

10. Sumário e conclusão

Este artigo apresentou o igualitarismo axiológico, o defendeu do que possivelmente seja a objeção mais forte que se pode apresentar (a da nivelação por baixo) e apresentou algumas conclusões particularmente significativas que derivam de sua suposição. Se os argumentos aqui considerados são corretos, isso implica que é necessário uma reformulação substancial de algumas suposições comuns. Especificamente, apontei dois sentidos nos quais isso é assim. Em primeiro lugar, no que toca à consideração comum de quem não possui certas capacidades cognitivas, em particular no caso dos animais não humanos. A questão do modo no qual temos de tê-los em conta em nossas decisões morais cobra uma importância muito maior do que aquela que habitualmente se assume que têm.

Em segundo lugar, no que se refere aos critérios axiológicos a se seguir na hora de se empregar recursos para salvar vidas. Os princípios comumente assumidos, centrados basicamente na ideia de maximização, parecem deixar de lado uma dimensão enormemente significativa da questão; a relativa à nivelação entre o dano que a morte supõe para distintos indivíduos. É possível que essas posições, por serem muito novas, sejam chocantes para nós. Mas precisamente o objeto da [150] ética normativa é examinar se nossas intuições morais são adequadas. E se é o caso em que (i) as suposições que nos levam a aceitar de modo geral o igualitarismo são sólidas e; (ii) nossos pressupostos morais devem ser consistentes entre si; então tais consequências terão de ser assumidas, mesmo nos casos em que, em princípio, possam parecer chocantes.

Referências bibliográficas

ADAMS, C. J.;DONOVAN, J. (eds.). *The Feminist Care Tradition in Animal Ethics: A Reader*. New York: Columbia University Press, 2007.

BROOME, J. Respects and Levelling Down. *European Congress of Analytical Philosophy*, Lund, 2002.

<http://users.ox.ac.uk/~sfop0060/pdf/respects%20and%20levelling%20down.pdf>

[visitado em 18 de janeiro de 2009].

- BROOME, J. *Ethics out of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BROOME, J. *Weighing Lives*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CASAL, P. Why Sufficiency Is Not Enough. *Ethics*, 116, 2006, pp. 296–326.
- COHEN, G. A. On the Currency of Egalitarian Justice. *Ethics*, 99, 1989, pp.906–44.
- CRISP, R. Equality, Priority, and Compassion. *Ethics*, 113, 2003, pp. 745–63.
- DOMBROWSKI, D. A. *Babies and Beasts: The Argument from Marginal Cases*. Chicago: University of Illinois, 1997.
- DWORKIN, R. What Is Equality? Part 1: Equality of Welfare. *Philosophy and Public Affairs*, 10, 1981a, pp. 228–40.
- DWORKIN, R. What Is Equality? Part 2: Equality of Resources. *Philosophy and Public Affairs*, 10, 1981b, pp. 283–345.
- FRANCIONE, G. L. *Introduction to Animal Rights: Your Child or the Dog?* Philadelphia: Temple University Press, 2000.
- FRANKFURT, H. Equality as a Moral Ideal. *Ethics*, 98, 1987, pp. 21–43.
- FRANKFURT, H. Equality and Respect. *Social Research*, 64, 1997, pp. 3–15.
- HOLTUG, N. Egalitarianism and the Levelling Down Objection. *Analysis*, 58, 1998, pp. 166–74.
- HOLTUG, N. Equality for Animals. In: RYBERG, J.; PETERSEN T; WOLF, C. (eds.). *New Waves in Applied Ethics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, pp. 1–24.
- HOLTUG, N.; LIPPERT-RASMUSSEN, K. An Introduction to Contemporary Egalitarianism. In: HOLTUG, N.; LIPPERT-RASMUSSEN, K. (eds.). *Egalitarianism: [151] New Essays on the Nature and Value of Equality*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 1–37.
- MCKERLIE, D. Equality and Time. *Ethics*, 99, 1989, pp. 475–91.
- MCMAHAN, J. Cognitive Disability, Misfortune, and Justice. *Philosophy and Public Affairs*, 25, 1996, pp. 3–35.
- MCMAHAN, J. *The Ethics of Killing: Problems at the Margins of Life*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- NAGEL, T. Death. *Noûs*, 4, 1970, pp. 73–80.
- NOZICK, R. *Anarchy, State and Utopia*. New York: Basil Backwell, 1974.
- NUSSBAUM, M. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- PARFIT, D. *Equality or Priority*. Kansas: University of Kansas, 1995.
- PERSSON, I. A Basis for (Interspecies) Equality. In: CAVALIERI, P; SINGER, P.; (eds.). *The Great Ape Project: Equality Beyond Humanity*. New York: St. Martin's Press, 1993, pp. 183–93.
- PLUHAR, E. *Beyond Prejudice: The Moral Significance of Human and Nonhuman Animals*. Durham: Duke University Press, 1995.
- RAZ, J. *The Morality of Freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- REGAN, T. *The Case for Animal Rights*. Los Angeles: University of California Press, 1983.
- SINGER, P. *Practical Ethics*. 2ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- TEMKIN, L. S. *Inequality*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

Universidade Católica de Petrópolis
Centro de Teologia e Humanidades
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis
Tel: (24) 2244-4000
synesis@ucp.br
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



CUNHA, Luciano Carlos. IGUALITARISMO, IGUALAÇÃO POR BAIXO, ANTROPOCENTRISMO E VALOR DA VIDA - OSCAR HORTA. *Synesis*, v. 8, n. 2, jan. 2017. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=968>. Acesso em: 14 Jan. 2017.
